



Fotos: Ana Castro

## Conanda repudia decisão do MDH que impede participação de adolescentes e apoia sanção ao PLC sobre proteção de dados

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) realizou, nos dias 25 e 26/07, a 274ª Assembleia Ordinária do Colegiado. Foram destaques entre as deliberações do Conselho nesta assembleia a aprovação das notas públicas: em repúdio ao não respeito às deliberações do Conanda e à implementação do Comitê de Participação de Adolescente (CPA) e em apoio à sanção do PLC 53/2018 sobre proteção de dados pessoais, especialmente de crianças e adolescentes.

A aprovação da nota pública sobre o desrespeito às deliberações do Conanda pelo Ministério dos Direitos Humanos (MDH) deve-se aos argumentos apresentados ao Conselho pelo Ministério que impedem a implementação do CPA, cuja criação está prevista na Resolução nº 191 do Conanda, assim como, de todo o projeto de participação de adolescentes proposto pelo Colegiado.

Também em nota pública, o Conanda se posicionou em defesa da sanção presidencial para o PLC 53/2018, que trata da proteção de dados pessoais no Brasil. Para o Conselho, a proposta legislativa contempla a proteção integral e a prioridade absoluta de crianças e adolescentes, quando prevê a obrigatoriedade de consentimento comprovado e específico de pelo menos um dos pais ou responsável para a coleta de dados de crianças; restringe o uso do dado de criança, sem armazenamento, para protegê-las ou para contatar os pais ou responsável legal, sendo vedado o repasse para terceiros; reduz a coleta de dados em

jogos e aplicativos; e obriga a oferta de informações em formato adequado e acessível sobre coleta e tratamento de dados a crianças e adolescentes.

Entre os destaques da plenária desta Assembleia está a participação do representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Daniel Leão Souza que, em resposta à nota pública divulgada pelo Conanda após a 273ª Assembleia, apresentou as ações que o Estado brasileiro tem tomado quanto a situação das crianças e adolescentes em situação de migração irregular nos Estados Unidos. Na oportunidade, o representante do MRE citou o compromisso da pasta, junto com os consulados do Brasil nos EUA, para tratar do assunto. Segundo Daniel, “todos os abrigos com crianças e adolescentes migrantes brasileiros foram visitados e o MRE está acompanhando, caso a caso, o processo de reunificação das famílias”. O representante do MRE afirmou também que foram avaliadas as condições em que se encontram estas crianças e adolescentes e o Ministério pôde constatar que são boas o que, para ele, não ameniza o impacto que esta situação trará à vida destas famílias.

Houve também durante a plenária apresentação da Comissão e do Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI e FNPETI) com o balanço das ações do 12 de Junho, dia Nacional e Mundial de combate ao trabalho infantil. Representando a CONAETI, o também conselheiro do Conanda, Antônio Mendonça, apresentou dados das inspeções realizadas em ambientes formais e informais no Brasil. A secretária Executiva do FNPETI, Isa Oliveira, apresentou campanha pelo voto consciente e por direitos durante as eleições gerais no país.

## Destaques das Comissões Permanentes

- No âmbito da Comissão de Mobilização e Formação (CMF) foi destaque a aprovação da Nota Pública em repúdio ao não respeito às deliberações do Conanda e à implementação do Comitê de Participação de Adolescente (CPA), como também o debate acerca do status das escolas de conselho no Brasil;
- A Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar (CDHAP) recebeu comitiva composta por coletivo de mães, advogadas, representantes de ONGs e comissões de defesa dos direitos das mulheres para debater a legislação sobre Alienação Parental, assim como aprovou a Nota Pública em apoio à sanção do PLC 53/2018 sobre proteção de dados pessoais, especialmente de crianças e adolescentes;
- Foi destaque na Comissão de Políticas Públicas (CPP) entre os assuntos debatidos: a reativação da comissão intersetorial para promoção, defesa e garantia dos direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (expirada em 2005); proteção dos direitos da criança e do adolescente impactados por obras e empreendimentos; a avaliação do II Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil; discussão da minuta de resolução conjunta do Conanda e do Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT) quanto aos direitos de adolescentes LGBT no Sistema Socioeducativo; e sobre o posicionamento do Conanda quanto a reforma do ensino médio e base curricular nacional comum;
- A Comissão de Orçamento e Finanças (COF) discutiu a estratégia do Conanda, em parceria com o Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA) para incidir junto aos principais candidatos à presidência quanto ao orçamento para a política da infância e adolescência no Brasil.

**sipia** Conselho Tutelar  
Sistema de Informação para Infância e Adolescência

Acesse as estatísticas do SIPIA Conselho Tutelar sobre violações de direitos de crianças e adolescentes relacionadas a Convivência Familiar e Comunitária no seu Estado. Será que os dados refletem a realidade da sua localidade quanto a esta violação? Conselho de Direito: estimule o uso, acompanhe e avalie o funcionamento do SIPIA em seu Estado.

Acesse: <https://sipiaconselhotutelar.mdh.gov.br/>

### XI CNDCA: Conanda divulgará informações enviadas pelos Conselhos Estaduais

O Conanda convida os Conselhos Estaduais que convocaram suas conferências a enviarem o documento de convocação e os dados da Comissão Organizadora para o e-mail: [conanda@mdh.gov.br](mailto:conanda@mdh.gov.br). Agora na área da XI CNDCA, no Portal do Conanda, teremos mais esta informação com acesso as convocatórias de todo o Brasil.

Nos ajude a divulgar as convocatórias das Conferências nos estados e municípios.

